

2016 EM DEBATE

OPINIÃO PÚBLICA E CONJUNTURA POLÍTICA

Um periódico do grupo de pesquisa Opinião Pública,
Marketing Político e Comportamento Eleitoral

Ano 8 - N.01
Março de 2016
ISSN: 2176 - 4883



DOSSIÊ
Comunicação Política

Rodolfo Marques

Bruno Conceição

Thiago Moraes

Doacir Quadros

Érica Anita Baptista

Patrícia Contreiras

Romer Mottinha

OPINIÃO

Gláucio Soares

RESENHA

Nerea Ramírez

Noelle Del Giúdice

Paulo Victor Melo



Periódico Eletrônico do Grupo de Pesquisa
Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral
Universidade Federal de Minas Gerais - Av. Presidente Antônio Carlos 6627
Campus Pampulha - CEP 31270-901 - Belo Horizonte - MG - Brasil - Tel (31) 34093823

SOMA ZERO (OU AINDA MENOS)

Fernando Lattman-Weltman
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
✉ fernando.lattmanweltman@gmail.com

Resumo: Apesar de seus desdobramentos e implicações claramente antidemocráticos, a atual crise política brasileira não deixa de conter em sua dinâmica elementos característicos do avanço contraditório e arriscado da democracia no país, no longo e médio prazos. Em função também, contudo, de outras variáveis relativamente independentes e intervenientes – relativas à revolução digital em curso e ao contexto econômico internacional –, e de sua própria história recente e singular, o jogo político neste momento apresenta-se encapsulado por uma dinâmica conflituosa de soma zero em que soluções pactuadas não parecem mais possíveis. Cabendo especular sobre qual o mal menor a que se pode aspirar em tais circunstâncias.

Palavras-chave: Brasil; Crise Política; Democracia.

Abstract: Despite its clearly anti-democratic consequences and implications, Brazil's current political crisis does also contain in its dynamics some characteristics that could be ascribed to the contradictory and risky advance of democracy in the country, as can be observed in the long and medium run. Due to his own recent and unique history and actors, but also, however, to other relatively independent variables - as the digital revolution in progress and the international economic context - the political game at the moment presents itself encapsulated by a dynamic zero-sum conflict in which negotiated solutions do not seem to be possible. This brings us to speculate on what would be the lesser evil to which we can aspire in such circumstances.

Keywords: Brazil, Political Crisis, Democracy.

Ainda de ressaca por conta do espetáculo deprimente com que fomos brindados no último dia 17 de abril por nossos excelsos parlamentares da câmara baixa – e creio que nunca tal designação foi mais apropriada –, me esforço, contudo, por manter a cabeça e o raciocínio minimamente frios. Tentando, pois, enxergar para além do tumulto emocional que também me atinge e, se possível, extraindo alguma lição positiva de tamanha sucessão de desastres e precedentes trágicos.

Primeiro o que ainda pode conter uma boa notícia: apesar de lamentável, sob todos os aspectos, a crise política atual é sinal inequívoco de evolução – mesmo que

extremamente arriscada e contraditória – da democracia no Brasil. Por paradoxal que possa parecer à primeira vista, o que vemos hoje são os efeitos perversos, talvez inevitáveis, mas de modo algum imprevisíveis teoricamente, do próprio desenvolvimento do atual e inédito regime constitucional democrático e suas dinâmicas em nosso contexto histórico, social e cultural mais amplo (e, em grande medida, ainda bastante adverso). Bem entendido, quando falo em “evolução” não me refiro de modo algum à conhecida noção linear de progresso, muito menos de “consolidação democrática”. Mas sim ao desencadeamento de forças e processos que certamente podem nos conduzir àquilo que os mais rodados têm chamado, com certa razão, de “retrocesso” – ou que autores como Charles Tilly caracterizam como “desdemocratização” –, mas que indubitavelmente foram postos em movimento pelo desenrolar mesmo do próprio jogo democrático nas últimas três décadas, e mais especificamente, durante os governos petistas, de 2003 até hoje.

Ou seja: são efeitos possivelmente não previstos, e para muitos não desejados, do sucesso efetivo do regime constitucional de 1988. Tanto em termos institucionais – já que nunca antes do período houve tamanha inclusão e competição políticas, nem tal transparência e aperfeiçoamento de controles mútuos republicanos –, quanto mais propriamente em termos de eficácia de políticas públicas de estabilização econômica, retomada do crescimento e combate às renitentes desigualdades sociais. Observada numa perspectiva histórica mais ampla do que a do contexto econômico imediatamente atual – e de sua reverberação midiática e especulativa unidimensional e algo catastrofista –, é perfeitamente possível dizer que a democracia brasileira paga agora o preço não apenas de suas muitas falhas e limitações, mas também de seu significativo sucesso, poucas décadas depois de sepultada a última e desastrosa ditadura da história republicana.

Articule-se a isso dois grandes fatores exógenos, porém diretamente interconectados: a revolução tecnológica digital em curso, e os desdobramentos

recentes do processo de globalização econômica. E assim, sem prejuízo de uma série de mediações institucionais locais próprias – e outras tantas idiossincrasias e azares específicos, como a coincidência de ocupação de determinados papéis estratégicos do atual imbróglio por vigaristas da pior espécie –, teremos as linhas gerais do enredo trágico em que fomos metidos.

Isto tudo é visível, entre outros sintomas, na insatisfação provocada pela contraposição das expectativas geradas pelo próprio e até certo ponto bem sucedido sistema democrático, e o que ele é efetivamente capaz de produzir, particularmente em nosso país, diante da mobilização social por direitos de toda espécie. Em suma: a democracia em funcionamento real gera, acima de tudo, mais demandas por democracia, sob a forma de mais e melhores direitos, mais transparência, e menor tolerância com desvios expostos (e amplificados) em praça pública. Se estas demandas podem ou não ser atendidas, mais ou menos imediatamente, e com que custos e efeitos colaterais, é outra questão. Principalmente diante de contextos econômicos internacionais em mutação adversa. Com demanda reprimida por longo tempo então... De qualquer modo, não é à toa que um dos marcos temporais incontestáveis de tal transformação tenha sido o das jornadas de junho de 2013. Desde então, pelo menos, as manifestações de insatisfação e impaciência popular com o desempenho do regime, ou mais especificamente, do governo e do parlamento, parecem ser o único ponto de convergência entre os diversos grupos de descontentes, de um lado ou de outro.

Mas o fenômeno também se apresenta de modo evidente na desenvoltura recém-adquirida pelos setores mais reacionários de nossa sociedade, que sempre soubemos que estavam aqui ao lado, bem junto de nós, mas que não pareciam muito à vontade para se apresentar, como tais, em praça pública e à luz do dia. Em si o evento é perfeitamente natural, e faz parte da vida de toda e qualquer democracia contemporânea apresentar também seus partidos e líderes assumidamente mais à

direita. Se ainda assim nos surpreende é por conta dos rumos que nossa vida política tomou no pós-regime militar, em que assistimos, até hoje, a uma hegemonia quase que ininterrupta de governos e plataformas de centro e centro-esquerda (em que mesmo os partidos de centro-direita e os proponentes de reformas neoliberais procuravam assumir uma roupagem mais “social” para avançar seus projetos). E aqui provavelmente os marcos históricos principais da mudança talvez sejam outros: a crise do “mensalão”, de 2005, mas principalmente a exaustiva cobertura do julgamento do caso pelo Supremo, em grande parte ocorrido no ano de 2012. Assim, ao longo desta última década operou-se simultaneamente tanto a demonização do partido de Lula – via mídias tradicionais, inclusive – quanto se manteve, problematicamente, a sua hegemonia nas eleições presidenciais. Tal contradição parece ter sido o estopim para, entre outras consequências, fazer a direita ressurgir – ou emergir – sem maiores subterfúgios e com todo o ressentimento.

E em todos esses processos se pode localizar também o peso estratégico e rigorosamente novo desempenhado pela massiva democratização do acesso às redes digitais mundiais, suas “comunidades” e mecanismos de identificação e mobilização políticas. Capazes de colocar nas ruas enormes contingentes de manifestantes, em tempo recorde, e com base em todo o tipo de vínculo, inclusive sem a necessidade de grandes e tradicionais recursos associativos prévios (tal como no passado mais ou menos recente). Manifestantes que em muitos casos e há até bem pouco tempo, antes de serem conectados via rede, jamais talvez tenham tido qualquer outra experiência de mobilização. Talvez nem sequer soubessem que muitos outros pensavam ou sentiam politicamente de modo semelhante. Todos igualmente dispersos e isolados no espaço físico e social, antes que as novas ferramentas pudessem convocá-los e reuni-los.

Como diria um velho roqueiro, o transe que nos domina se move “Como uma onda...”.

E como tal ela atrai a sua multidão de “surfistas”. E alguns até parecem demonstrar grande destreza. O problema são aqueles que pensam que podem guiá-la, controlá-la, conduzi-la rumo a seus objetivos e, depois de tudo, fazê-la refluir em calmaria, dissolvendo-se pacificamente na imensidão do oceano.

Por isso, encaremos logo as inevitáveis más notícias: não se trata, pois, simplesmente, de disfunções institucionais – do nosso “presidencialismo de coalizão” –, nem de simples falta de *virtù* da princesa em questão, ou de seu “ávido” partido. Nem provavelmente vai se resolver com qualquer passe de mágica, qualquer prestidigitação, ou panaceia institucionalista típica das que cientistas políticos hipercorretos – dos mais bem intencionados aos mais irresponsáveis – costumam advogar. Muito menos com a simples substituição da direção do balcão. Principalmente se levada em conta à oferta de atores políticos disponíveis e mais prováveis de se beneficiar, mais ou menos imediatamente, da eventual defenestração da candidata vitoriosa nas urnas de 2014. E mais improvável e digna de comiseração que a ansiedade por qualquer súbita redenção da governabilidade perdida, só mesmo a aposta de que a atual cruzada jurídico-moralista, supostamente em marcha batida contra a corrupção nacional endêmica, chegará infalivelmente a seu termo ideal, como se diz, “passando este país a limpo”! Não é preciso sequer vaticinar sobre o futuro da “Operação Lava Jato”, ou coisa parecida. Basta apenas atentar para a ansiedade e descaramento com que já se especula sofregamente sobre as linhas e perspectivas imediatas – e imediatistas – de um futuro governo Temer, dado já como líquido, certo e, o que é ainda mais espantoso, não problemático.

Para os “realistas” que se encontram, portanto, muito ansiosos por uma resolução rápida e simples da atual crise econômica – a ponto de se mostrar dispostos a cortar hoje não só o galho onde poderão se sentar no futuro, mas a própria árvore inteira, até as raízes –, é melhor colocar as barbas de molho e ir contabilizando e tratando de minimizar, se possível, os prejuízos. Dada à magnitude dos fatores que

nos trouxeram até aqui, e o grau de leviandade e desfaçatez com que se vem propondo saídas heterodoxas – ou simplesmente fraudulentas – acirrando assim os ânimos e as diferenças entre os contendores, é preciso reconhecer que o túnel em que entramos parece ser muito, muito comprido. E que as pretensas soluções de curto prazo podem, na verdade, atrasar muito mais, senão mesmo inviabilizar, uma futura reestabilização do sistema político, necessária ao encaminhamento dos principais problemas econômicos.

O jogo político agora, independentemente do desfecho do golpe travestido de *impeachment*, é, inevitavelmente, no curto e médio prazos, de soma zero (ou menos). Não diferindo se com a continuidade da atual administração, ou com a ascensão ao poder de seus ansiosos e impolutos sucessores.

E assim, torna-se inevitável que pelo menos um dos lados perca e tenha que amargar a derrota.

Se de fato como tememos, os custos de tolerância já tiverem ultrapassado os custos de supressão – para lembrar a fórmula de Robert Dahl – e, portanto, uma saída pactuada da crise vai se tornando uma miragem cada vez mais distante, só restaria especular em torno do mal menor: quem paga a conta? Como distribuir melhor os custos de uma solução para o impasse, fazendo com que eles incidam o mínimo possível sobre os setores mais vulneráveis da sociedade, e, de preferência, nos poupem bens públicos inestimáveis? (Como, por exemplo: a própria democracia!?).

Melhor então que o grande perdedor seja aquele lado que tem mais o que perder, ou gordura para queimar com a continuidade da luta – mas não exatamente com qualquer desenlace; e muito menos com qualquer solução extralegal –, e que, não por acaso, conta com o tipo de apoio popular que parece ser historicamente o mais efêmero ou inconsistente, além de mais inexperiente em termos de mobilização política. Dito de outro modo: o que tem mais prováveis perspectivas e incentivos para

se dispersar antes, e engolir uma derrota (nessa estranha versão tupiniquim do “jogo da galinha”).

E sem deixar de apostar também no fato de que uma vitória final do outro lado, se obtida por meios que minimamente preservem as instituições – coisa simplesmente impossível na hipótese contrária –, pode fornecer pelo menos uma garantia aos perdedores da hora: a de que sua possível vitória eleitoral, num futuro mais ou menos próximo, será mais segura e duradoura.

Uma garantia, sim, mas obviamente não, de modo algum, um consolo, nas condições atuais.

Pois se há uma coisa que um bom golpista – o típico oportunista, o famoso “malandro agulha”, ou ainda o inocente útil, a serviço do golpismo – tem enorme dificuldade em compreender, é justamente a importância efetiva das regras do jogo.

Feitas para dar garantias a todos os lados em disputa (inclusive para os que se julgam muito fortes e que creem poder prescindir delas).

E para durar por um tempo bem maior que o de uma derrota ou vitória conjuntural.